

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Tive conhecimento através da Associação ILGA Portugal da situação relatada na carta que vos foi enviada no dia 5 de Outubro corrente, até hoje sem resposta.

Trata-se de uma situação de discriminação grosseira em função da orientação sexual de quem está numa posição de especial fragilidade, de omissão de deveres de informação médica em função de uma posição homofóbica inadmissível, que aqui se ilustra num caso concreto, mas em que o caso concreto ilustra também a realidade de uma discriminação no acesso a cuidados médicos por parte de lésbicas que merece reacção imediata.

Recordando os factos de que já têm conhecimento desde o início do mês, o que se passou, num caso concreto, foi o seguinte:

A ILGA recebeu recentemente um contacto de uma utente do S.N.S., Mónica Ribeiro, que tem procurado a Maternidade Alfredo da Costa (doravante, apenas MAC), mais concretamente o Serviço de Ginecologia, com o intuito de obter apoio e acompanhamento em face de um problema de saúde que, segundo relatado, provoca dores incapacitantes.

Na sequência de consultas anteriores, Mónica Ribeiro terá sido atendida pelo Dr. Carlos Marques e subsequentemente pela Enf.ª Violante. Com o decorrer da consulta, e por força das circunstâncias que rodeiam a situação clínica da utente, Mónica Ribeiro terá informado os referidos profissionais de saúde que é lésbica.

Face a esta afirmação e face às preocupações de Mónica Ribeiro perante a eventual infertilidade que poderia ou não resultar da cirurgia cuja necessidade estava a ser avaliada, ambos os profissionais de saúde terão dito que “as lésbicas não têm filhos”, pelo que a questão da infertilidade não seria relevante.

O desconhecimento demonstrado quanto às necessidades de saúde sexual e reprodutiva das mulheres lésbicas causou naturalmente grande espanto e indignação a Mónica Ribeiro, a qual passou a sentir uma enorme insegurança face à atenção que o seu caso poderia ter na MAC. Não tendo sido agendada uma cirurgia e não tendo também a utente o acesso ainda quer a um diagnóstico conclusivo, quer aos exames clínicos que realizou, o problema que a levou a procurar ajuda mantém-se, acompanhado agora de uma compreensível falta de confiança no apoio clínico que poderá receber.

O receio de qualquer episódio de discriminação leva a que as pessoas evitem o recurso a

serviços de saúde que se pretendem universais. É essa aliás a conclusão de estudos realizados noutros países como a Suécia, que revelam que as pessoas lésbicas e gays acedem a serviços de saúde em proporções claramente inferiores às das pessoas heterossexuais e é essa também a conclusão do Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género publicado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género em 2010, que indica a saúde como um dos campos em que existe claramente uma percepção de tratamento discriminatório em Portugal.

Daí que o Plano Nacional para a Igualdade 2011-2013 estabeleça a necessidade de Promover acções de sensibilização sobre saúde e género no âmbito da saúde e género no âmbito da saúde sexual e reprodutiva centrada no (...) atendimento não discriminatório (igualdade de género, orientação sexual e identidade de género).

Tive informação de que Mónica Ribeiro pretende expor o sucedido nos meios de comunicação. E se é fundamental que episódios como este não se repitam, sabemos que a sua ocorrência aumenta o receio de recurso à saúde por parte das pessoas LGBT e, neste caso, das mulheres lésbicas em particular.

Creio que condutas como a referida são infelizes e censuráveis mas que serão comportamentos pontuais e limitados aos referidos profissionais de saúde.

Ainda assim, é essencial que o Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado da Igualdade tomem posição, bem como os Bastonários das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros.

A impunidade parece, claro, inadmissível, para este caso e futuros.

Tenho por expectável que a MAC comunique, de forma clara e inequívoca, a sua tomada de posição perante utentes lésbicas, não só em termos de questões de infertilidade e consequente tratamento mas tendo em atenção também questões como, por exemplo, as possíveis dificuldades de acompanhamento às próprias por parte das respectivas companheiras ou cônjuges. É fundamental que a política de qualquer instituição seja inclusiva e respeitadora das diversas orientações sexuais.

Solicito a V. Exa. esclarecimentos sobre a situação exposta

Com os melhores cumprimentos,

Palácio de São Bento, quarta-feira, 19 de Outubro de 2011

Deputado(a)s

ISABEL ALVES MOREIRA(PS)